

Capítulo III – O Jornalismo Cidadão em Moçambique: Análise comparativa dos Websites: @Verdade, Olho do cidadão

3.1.Introdução

O alcance dos objectivos acima propostos foi possível com recurso aos métodos mistos (quantitativos e qualitativos), análise documental e pesquisa sobre as redes sociais. Para o efeito, foram seleccionados os *Websites* Kenya Monitor e @Verdade por reivindicarem, ambos, a prática do Jornalismo Cidadão, em Moçambique, chamando o povo a efectuar denúncias de problemas decorrentes das suas comunidades. Enquanto no @verdade temos uma rubrica criada para relatos dos cidadãos e espaços reservados para bloguistas colunistas e de agregação de notícias doutros *Médias*, o Olho do Cidadão é na sua totalidade usado para relatos de usuários comuns (activistas ou não) e bloguistas, a partir da plataforma txeca-lá. Uma plataforma que se encontra actualmente virada para acções de cidadania (saneamento do meio ambiente e empreendedorismo). Os seus membros encontram-se filiados a novos grupos cívicos como é o caso do Sekelekane, fazendo as mesmas actividades de vigilância das irregularidades e práticas que afectam as populações das comunidades mais pobres e desfavorecidas. Eles interessam-se mais por locais onde há movimentações populares para permitir a exploração dos recursos minerais. Os seus trabalhos são feitos por grupos colaboradores, distribuídos em pares pelas comunidades do centro e norte de Moçambique. A sua tarefa é de oferecer material de recolha de informações a estes membros (smart phones) e formá-los, dando-lhes conhecimentos básicos da prática jornalística.

Em relação aos *Websites* kenyanos, duas razões são evidenciadas. O Kenya Monitor, explicitamente, reclama a prática do Jornalismo Cidadão e chama à participação de todos os cidadãos bloguistas na produção de conteúdos. O Kenya Monitor, desde a sua fundação em 2010 mostra-se consistente nas suas actividades, tal como acontece com *mzalendo.com*. Um *Website* que contrariamente aos acima descritos, a incitação de acções de cidadania e patriotismo não é feita pela participação activa dos cidadãos na produção de notícias, embora tenham isto em vista (a criação de espaços de interação e participação activa dos usuários). O *Mzalendo* é composto por um grupo de activistas que procura recolher, tratar e disseminar as informações que julga importantes para o conhecimento da população. Eles são o garante de acesso à informação sem que precisamente seja o usuário a produzi-la. Porém, o Jornalismo Cidadão neste *Website* é possível com recurso a comentários feitos pelos cidadãos.

3.2.Análise da forma e de conteúdo

3.2.1. As ferramentas de interação no *Website @Verdade*

Uma sociedade cujas *Médias* promovem a pluralidade das informações tem um espaço público mais alargado, com discussões activas e uma democratização maior e aberta às necessidades e às tendências de todos os cidadãos (...) os *Média* as tenderão a aprofundar a democracia e a cidadania através de conteúdos veiculados – a denúncia do desrespeito.

(Ferin, 2011)

Pretendemos, a partir deste pensamento da autora começar por legitimar que na África austral o jornalismo cidadão está baseado nas práticas democráticas de cidadania. Esta cidadania relaciona-se com o facto de as políticas democráticas adoptadas por estes países criarem espaço para que os cidadãos conheçam os seus direitos e deveres, sejam eles cívicos, sociais e até político-morais.

No acto da prática desta cidadania, os indivíduos veem o direito à informação contendo valores adicionando, como fizemos menção nos capítulos precedentes. O povo, gozando do direito à informação, não é mais visto como consumidor passivo. Ele é chamado a produzir suas próprias informações, relatando factos e situações dignas de relatos. O povo define o assunto sobre o qual pretende falar e o momento em que ele que ler ou (se) informar aos outros. factos ou relatos não fogem muito dos eventos do seu dia-a-dia. Eventos que por vezes não têm espaço nas pautas editoriais dos grandes *Médias* tradicionais.

Fora disso, é notável, a partir das análises aqui feitas que esta prática toma diferentes características ou tipologias deste mesmo Jornalismo Cidadão. Isto deve-se ao facto de decorrer em contextos diferentes e com especificidades sociopolíticas e culturais típicas.

Assim, começamos as nossas análises olhando as ferramentas e o conteúdo que caracterizam a prática do Jornalismo Cidadão em Moçambique. Pretende-se entender as estratégias usadas para pôr o anterior cidadão comum a participar da produção de conteúdos, trazendo informações “suplementares” aos grandes *Médias*.

Para o efeito, considere-se, então a seguinte figura:

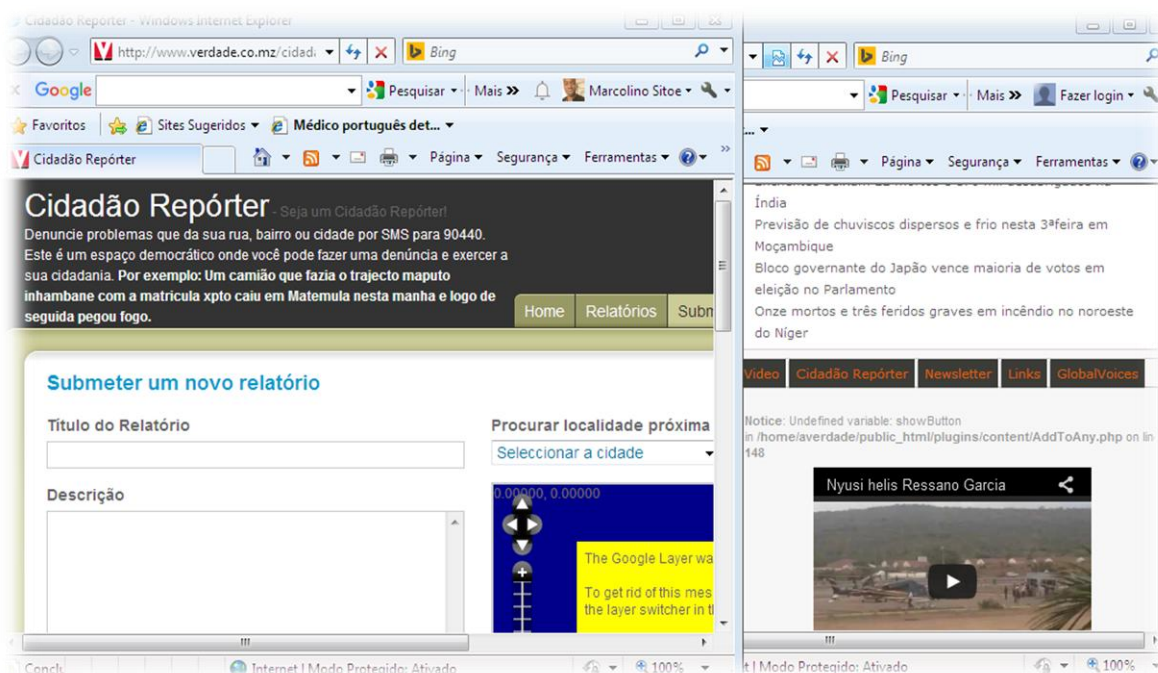


Figure 1 - configuração da plataforma ushahidi; fonte: o pesquisador

O Website a @verdade apresenta na sua página “d’acueil¹” as suas pretensões e a forma como quer que as informações sejam produzidas.

“Cidadão repórter: Denuncie problemas da sua rua, bairro ou cidade por sms para 90440. Este é o espaço democrático onde você pode fazer uma denúncia e exercer a sua cidadania”.

As denúncias podem ainda ser enviadas por Tweeter com o #cidadesreporter, por e-mail ou por preenchimento de uma ficha. A seguir a estas informações é apresentado um espaço de envio ou submissão de novos relatos – denúncias. Este espaço da plataforma apresenta uma estrutura de organização de tais relatos de tal forma que facilite a compreensão por parte da redação.

É necessário que o usuário, cidadão repórter coloque o título, primeiro e depois faça a descrição. É a descrição que funciona como informação, i.e., o cidadão precisa de constatar



Figure 2 - relatos e a carta geográfica; fonte: o pesquisador

ou presenciar uma situação anômala e que ache digna de fazer saber ao público. De imediato, por meio de um celular, conectado ou não por internet, ele

¹ Do Francês, acolhimento

envia uma mensagem. Esta mensagem cai directamente num repositório criado na plataforma. A plataforma foi construída com um *menu* dedicado ao cidadão, como se pode ver no canto superior direito, da figura 3. Junto à descrição existe um conjunto de rubricas categorizadas de forma bastante detalhada. Pretende-se, com isto, facilitar a compreensão e a indicação clara do assunto sobre o qual pretende falar.

Trata-se de categorias que funcionam como indicadores de desenvolvimento de um país e, para o caso de Moçambique, surgem como áreas mais críticas, a começar pelos actos da polícia, a questão de água, a corrupção, o transporte, acidentes de viação, greves, saúde... são áreas que relacionam o governo e a população, exigindo assim boas atitudes e práticas do lado dos que têm poder e autoridade.

Assim, com estas categorias, facilmente pode-se obter informações, *i.e.*, as informações podem fluir pois são acessíveis e não se precisa de credenciar para se denunciar este tipo de situações. O indivíduo precisa somente de ter um dispositivo seja ligado por internet *Wifi* seja não.

Do lado direito está uma carta geográfica de localização. Para o cidadão basta carregar do *menu* a indicação da localidade que o mapa irá de imediato o situar. E, algumas das recomendações dadas pela redação é que os cidadãos devem ser (i) realistas; (ii) andar sempre com um bloco de anotações, telemóvel e máquina fotográfica, (iii) ser objectivo e (iv) não inventar os factos.

Entende-se a partir destas informações que não se trata de cidadãos colaboradores, previamente seleccionados. Eles são cidadãos ordinários/comuns que, andando pela rua e tendo um destes dispositivos, relatem quaisquer incidências. O único apelo feito é à responsabilidade do novo repórter. Deve observar alguns princípios básicos de redação – a verosimilhança entre o que ele relata e os factos e a objectividade, *i.e.*, ele pode optar por produzir um texto de opinião. Mas o que se pretende é que saiba dividir os seus relatos – as opiniões de um lado e as notícias doutro.

Em relação às informações ou relatos a serem enviados a esta plataforma, nos moldes acima descritos, podemos levantar alguns questionamentos relacionados com a verificabilidade e veracidade de tais incidentes. Além de que implica a mobilidade de recursos humanos e vários outros mecanismos de conferência, *i.e.*, deve haver sempre um grupo disponível para a verificação de tais factos. O que não faz muito sentido se, se pensar que o envolvimento do

cidadão comum veio dar, também, vasão a este problema de redução de pessoal profissional assalariado de modo a reduzir os custos. O texto e a carta de localização não se bastam.

Esta situação é assim ultrapassada com recurso aos elementos multimédias de abordagem de conteúdos, derivados do que acima descrevemos como sendo ganhos do web 2.0. Com os avanços informáticos e tecnológicos, os cidadãos são chamados a “télécharger²” as suas informações contendo som, imagens, relatos e vídeo³, como se pode ver na figura abaixo:



Figure 3 - a produção multimédia de relatos; fonte: o pesquisador

O @Verdade, junto à plataforma cria uma rubrica para o carregamento de vídeos. E, olhando o lado direito da figura vemos um vídeo relatando a visita presidencial de Filipe Nyusi à Ressano Garcia. O vídeo é feito por um cidadão daquele posto administrativo, pertencente ao distrito de Moamba. O repórter amador, envia um vídeo não editado, contendo ruído e ao mesmo tempo diz “o Nyusi já chegou”. No vídeo, ele focaliza as imagens dos helicópteros. A reportagem está ligada a um acto de denúncia porque Filipe Nyusi tinha garantido ao povo moçambicano, que iria “reduzir ou evitar” o recurso a esses meios para a circulação interna. E tratando-se de um distrito vizinho ter-se-ia optado pela via terrestre, num momento em que Moçambique se encontra em crise.

O @Verdade coloca, na sua página, uma rubrica de interação não em tempo real, *i.e.*, com recurso a mensagens por *e-mail* ou por Whatsapp. Neste campo, o cidadão que não pretende fazer denúncias, pode então colocar as suas preocupações relacionadas com a saúde reprodutiva.

²Do Francês, carregar ou descarregar

³<http://youtu.be/2uXIPLsH5-4>

Uma outra prática de jornalismo cidadão adoptada pelo @verdade tem que ver com a criação de fóruns e espaços para colunistas, como se observa:



Figure 4 - interação, colaboração e fóruns; fonte: o pesquisador

Enquanto a Tina é uma especialista em saúde reprodutiva para atender aos relatos dos cidadãos, o espaço reservado aos colunistas é preenchido por bloguista e académicos residentes e distribuídos pelo país. Na mesma linha de disposição dos espaços de interação para os cidadãos temos o fórum, reservado para discussões e debates com membros inscritos para o efeito. O que significa que somente os membros deste grupo podem publicar neste local. A inscrição é gratuita e é recurso para criar pequenos nichos de indivíduos *experts* nos diversos temas do dia. Tais temas e abordagens podem ser aproveitados para alimentar os



Figure 5 - hiperligações Deutsche Welle; fonte: o pesquisador

grandes Médias – o denominado Jornalismo Colaborativo.

Por fim, encontramos neste Website uma outra estratégia de colecta de informações. O

@Verdade, para garantir o acesso à

informação, criou um espaço de agregação de informações vindas de outros Médias ou

instituições. O que quer dizer que qualquer agência ou empresa de comunicação pode publicar nas suas páginas. Foram criados espaços para *links*.

Do lado direito, temos no @Verdade informações importadas do *link* www.dw.com. O objectivo da colocação deste espaço é de permitir que jornalistas Freelance que produzem informações para esta agência Alemã, também vejam publicadas e lidas as suas notícias por leitores fãs ou que pertencem à mesma comunidade leitora do @Verdade e garantir a diversidade de informações nas suas páginas. Assim, o @Verdade tem garantidas as informações sejam do mundo sejam do país. Eles funcionam como colaboradores deste *Website*.

Assim, feitas as descrições das ferramentas usadas ou disponibilizadas para a participação do usuário, constatamos que a plataforma Ushahidi oferece aos cidadãos comuns e colaboradores Freelance espaços de publicação de relatos /informações/notícias. São publicações directas, por vezes não tratadas nem censuradas. Se os relatos feitos, contendo somente textos, são dubitativos e pouco credíveis, então os seus mediadores (chefes de redação e editores) exigem que os cidadãos comuns publiquem as suas informações em formatos multimédia (vídeos contendo relatos).

As ferramentas usadas para relatos e denúncias são acompanhadas de uma carta geográfica funcional. Tal é usada para situar os eventos relatados pelos cidadãos repórteres não profissionais, visto que as suas publicações carecem de verificação antes da publicação. As suas publicações partem e ou devem-se relacionar com as categorias previamente definidas e a indicação da cidade ou comunidade, para uma localização automática.

Os cidadãos podem publicar informações referentes à saúde reprodutiva, baseando-se na rubrica fale com a Tina. E, fora destes espaços de publicação amadora, existem os reservados para os académicos, bloguistas, classificados como colunistas. São também relacionados a espaços de debate e interação entre os membros que constituem grupos fechados – *experts* sobre determinados temas – formação de pequenos nichos. Não obstante abertos a qualquer um por meio de inscrições. Nestes Fóruns podemos encontrar informações que sirvam a qualquer outro *Média* ou empresas mediáticas ou mesmo a individuais interessados em aprender ou aprofundar determinados conteúdos.

Sabe-se que a disposição destes espaços cinge-se na procura de um espaço público, livre de censura, de livre opinião, com vista à criação da opinião pública. E, é por isso que temos

informações agregadas vindas de outros *Médias* ou empresas mediáticas, como é o caso da *Deutsche Welle*.

Como se pode compreender, quatro das nossas hipóteses são aqui confirmadas, por um lado e a existência da prática do Jornalismo Cidadão, por outro. Este jornalismo denota novos paradigmas editoriais, envolvendo não só os profissionais como também os académicos sem laços de remuneração com as empresas mediáticas e a participação activa de cidadãos não jornalistas e que pouco sabem que seus relatos constituem uma prática jornalística.

3.2.2. As temáticas de denúncia no @verdade

Para analisarmos o conteúdo produzido pelos usuários, tomemos alguns casos explícitos:



Cidadão reporta doente que é ignorado na rua

Escrito por Redação em 01 Março 2011

Gosto 0 Twitter 0 Share +

Hoje, quando saia de casa para o seu local de trabalho, Carla Ribeiro deparou-se com um homem deitado no meio da rua a 500 metros da porta da sua residência. Era por volta das 7h30 da manhã. O homem que aparenta mais de 30 anos de idade estrebuchava diante da indiferença dos transeuntes.

Preocupada, Carla conta, foi buscar o apoio da polícia, tendo-lhe sido dito que resolveria a situação. Mais tarde, a polícia apareceu, retirou o homem do meio da rua para o passeio e foi-se embora. O sujeito passou o dia todo estendido na parte da rua destinada aos peões sem que ninguém o ajudasse.

Inquieta com a inércia das autoridades policiais, Carla Ribeiro decidiu ligar para um indivíduo ligado à Presidência da República.

Quando às 5 horas da tarde, a polícia veio recolher o indivíduo, até aqui desconhecido, não se sabendo o lugar para onde foi levado e se o mesmo ainda estava vivo.

Facebook Outros Comentários

Figure 6 - denúncias de cidadãos; fonte: o pesquisador

Nesta figura temos um relato enviado à redação do @Verdade por um cidadão comum e que não tem nenhum compromisso com quaisquer empresas mediáticas. Um indivíduo que, dispondo de um celular, ligado à internet *wifi* e, andando pelo caminho, depara-se com uma situação digna de denúncia. Carla Ribeiro, vendo este homem estatelado na rua, chamou a polícia para o ajudar, como um acto solidário. A polícia somente veio removê-lo e desloca-lo de um lugar ao outro, mas mantendo-o ainda na rua, sem nenhum socorro por parte das autoridades.

Carla Ribeiro, após contactar as autoridades policiais, que nada fizeram, achou oportuno partilhar este acto com o mundo, descrevendo este cenário para a redação do @Verdade, fazendo da plataforma, um repositório de informações de cidadãos, livre de censura. Uma informação não tratada. Não apresenta nenhuma estrutura jornalística. As redações também não reeditam, não obstante haver marcas de narração da 3ª pessoa. Trata-se de uma estratégia

de distanciamento da informação relatada com a autoria, *i.e.*, mostram que a informação fora enviada por um cidadão, com uma certa identidade.

Quanto ao discurso apresentado, constatamos que a cidadã Carla Ribeiro tem um nível de escolaridade aceitável devido ao tipo de discurso apresentado, com formas e estruturas gramaticais correctas na construção do seu texto. Também se justifica pela ligação que ela tem com a presidência da República de Moçambique, à qual teve de efectuar uma chamada telefónica para solicitar apoio. Todavia, estes elementos não retiram o facto de Carla Ribeiro ser descrita como uma cidadã comum, relatando uma ocorrência ocasional.

E, para uma maior compreensão, analisemos as sequências discursivas abaixo:

SD1@V – No distrito de Meconta-província de Nampula em Moçambique, xcola secundária de Namialo, os professores, não recebem suas horas extras há 1 ano e um mês e saindo algum colectivo d xcola a direção provincial das finanças, dizem terem pago os ordenados e por sua vez o director distrital dizia que não houve nenhum despacho e neste momento estão paralisadas as aulas!

SD2@V – Estou num fematro que sai da baixa para Albazine, o motorista acelera demais toda gente que se encontra aqui está reclamando (excesso velocidade) em Maputo.

SD3@V – No mercado 25 de junho, a casa d banho esta diqualquer maneira fezes (cocó) esfora, mao cheiro, que nem da p entrar+devemos entrar pork ñ a outra, enquanto paga-mos é ñ vai ao conselho municipal, vai p um sidadão qualquer k ñ toma conta.

Aqui estão ilustrados três relatos de cidadãos repórteres que se deparam com certas circunstâncias dignas de denúncia. No relato da **SD1@V**, tratando-se de uma situação que se vem alastrando há muitos meses, um cidadão vem acompanhando a situação de tal maneira que num desses dias decidiu denunciar esta ilegalidade de falta de pagamentos de salários aos professores. Para ele a preocupação tem que ver com o facto de os professores paralisarem as aulas em reivindicação do pagamento das suas horas-extra.

A narração deste facto é feita na 3ª pessoa gramatical e com recurso a formas que retiram o envolvimento do sujeito denunciante, como o exemplo de “dizem terem”. Trata-se de formas gramaticalmente incorrectas, mas características de repórteres de baixo nível de escolaridade. Estes são os colaboradores das comunidades que garantem a recolha e envio de informações para a redação. Esta narração assemelha-se à ilustrada na figura acima. A redação, recebendo as informações, verifica e incorpora-as no seu repertório, cunhando-as da sua responsabilidade, *i.e.*, as marcas da 3ª pessoa implicam o reconhecimento e a partilha de responsabilidade pelo conteúdo publicado.

No entanto, o mesmo, não podemos dizer nas sequências discursivas **SD2@V** e **SD3@V**. No **SD2@V**, temos uma denúncia decorrente de uma experiência, em que o cidadão está envolvido. Ele começa o seu relato dizendo “...estou num *fematro* que sai da Baixa a Albazine...” Isto denota que não se trata de nenhum acto premeditado ou que ele estivesse ao serviço de algum *Média* ou grupo com intenções de reportar, como colaborador. O cidadão depara-se com uma situação neste local e no momento exacto efectua a denúncia.

Na construção textual, encontramos formas descuidadas e típicas da velocidade da escrita ou de uma escrita informal “xcola; excesso”. Estas formas não anulam a acção de denúncia, mas sim aparecem como marca deste tipo de jornalismo, como vemos ainda na **SD3@V**.

As mensagens não são bastantemente elaboradas. São curtas, concisas e objectivas, contendo frases simples e com uma mensagem de fácil compreensão. Existem marcas da presença do cidadão no local e de que a sua narração é feita no exacto momento: “a casa de banho esta diqualquer maneira...”. O cidadão repórter, com a necessidade de usar o sanitário, depara-se com esta situação e de imediato efectua a denúncia. Indignado, aponta a corrupção e o desleixo do conselho municipal como factores da inoperacionalidade do colectivo no que cerne ao saneamento do meio.

O texto é totalmente oral e ele socorre-se de expressões populares para enfatizar a gravidade da situação: a palavra “cocó” é usada para reforçar a condição nojenta na qual a casa de banho se encontra. As abreviações, ligações de palavras, formas orais, palavras não acentuadas, o recurso a sinais são prova da velocidade de escrita do cidadão repórter. Elementos característicos e que criam rupturas entre os anteriores paradigmas de produção jornalística e os novos, envolvendo o cidadão comum. Para ele, basta um celular e um sms para relatar ou denunciar casos que enfermam a sociedade.

Refira-se que as estórias reportadas/relatadas dificilmente teriam a cobertura dos *Médias* tradicionais/clássicos devido a vários factores, dos quais o contexto de sua ocorrência. Precisávamos de ter jornalistas viajando de um ponto ao outro; jornalistas frequentando bairros recônditos, passando tardes e dias naqueles locais para experienciar casos de género. O que “não é possível” devido também a vários factores, como o caso de exiguidade de profissionais.

As descrições acima feitas mostram as modalidades de participação do cidadão comum, na recolha, relato, denúncia e publicação de informações com valores adicionais, por um lado e tornando estes *Médias* fontes alternativas de acesso à informação, por outro. E, fazendo desta

forma, o povo vê os problemas de suas comunidades relatadas e publicados nos *Médias*. Facto que incentiva cada vez mais a sua participação na recolha e publicação como forma de pressionar o governo a mudar e melhorar a sua forma de actuação em tais municípios e comunidades/distritos.

E, para contrastar, consideremos a figura 9:

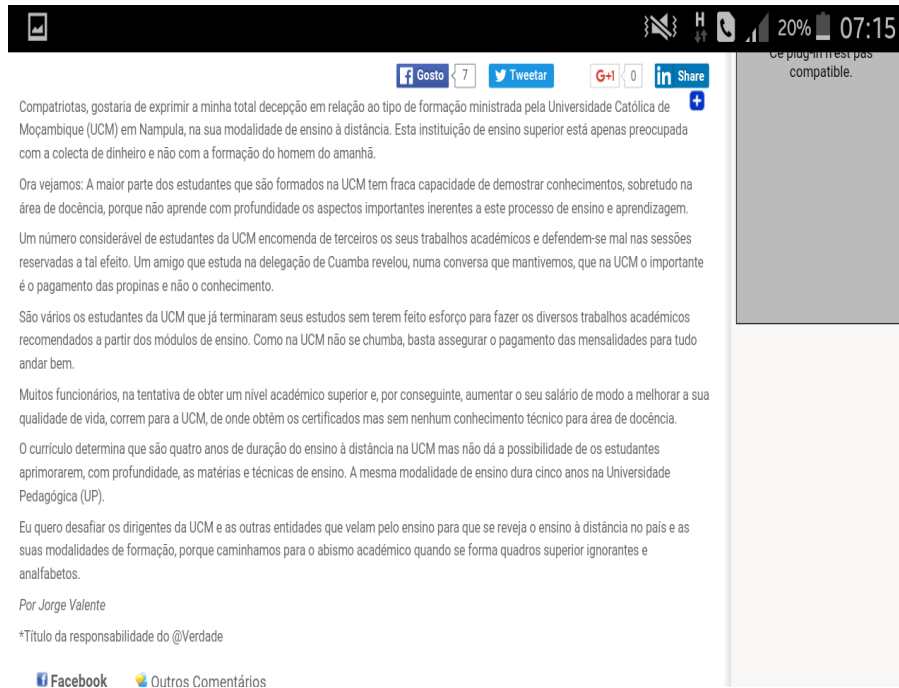


Figure 7 - denúncia de um colunista; fonte: o pesquisador

Trata-se de uma denúncia feita por um colunista, académico e universitário. Ele relata/denuncia um acto ilícito decorrente da Universidade Católica de Moçambique, em comparação com a Universidade Pedagógica, também de Moçambique. Na sua abordagem está

clara a sua posição de cidadão comum, repórter ou relator amador que, dispondo de um blogue, trabalha como colaborador deste *Website*, narrando situações que dificilmente seriam reportadas nas pautas da imprensa. Exemplo disso é a informação avançada por si, segundo a qual a qualidade de ensino nesta instituição é baixa pelo facto de as monografias científicas serem encomendadas e não realizadas pelos próprios estudantes, por um lado e pelo facto de o Ensino à Distância durar quatro anos.

Estas informações são de seguida partilhadas por qualquer um pelas redes sociais. O objectivo é de criar um espaço público onde o debate não é censurado. Um debate sobre rubricas “menos importantes” para as redações dos grandes e *Médias* tradicionais, mas que mexem com as comunidades. Assim, cria-se a opinião pública, capaz de levar a direcção e o governo a tomar medidas de averiguação.

O seu texto é bastante complexo em relação aos relatórios acima descritos. Isto revela uma forte relação entre os usuários, publicando neste *Website*. Porém, o mais importante é que as

informações veiculadas no @Verdade têm origem nos escritos dos cidadãos. Estes são columnistas e relatores, denunciando irregularidades que garantem a diversidade e qualidade das informações, trazendo notícias complementares/suplementares aos leitores.

Assim, asseguramos estar confirmada a nossa última hipótese, segundo a qual as informações abordadas nos *Websites* que praticam o Jornalismo Cidadão têm que ver com os aspectos intrinsecamente ligados às populações pobres e desfavorecidas. Informações que raramente têm espaço nas pautas dos grandes *Médias*.

3.2.3. As ferramentas de interação no Olho do Cidadão

Atento à figura:



Figure 8 - a plataforma Olho do Cidadão; fonte: o pesquisador

Olho do cidadão é uma plataforma criada/fundada por um grupo de bloguistas, estudantes universitários, não jornalistas, em Abril de 2013. Um grupo liderado por Tomás Queface e Fernanda Lobato. Segundo Queface, este movimento conduziu ao nascimento do chamado cidadão repórter – um verdadeiro jornalismo. Aqui o cidadão é chamado a

reportar quaisquer problemas que não tenham a cobertura dos grandes e *Médias* tradicionais. Um movimento criado como alternativo informativo, que devia trazer informações de todos os cantos e, garantir desta forma, o acesso à informação (no sentido de consumidor-produtor). Após a fundação, ele começou a integrar muitos outros novos estudantes universitários.

No seu perfil, a plataforma apresenta uma criança negra, pobre e desfavorecida, descamisada. Ela é apresentada com um olhar bastante fixo e atento. A atenção tem que ver com os problemas decorrentes das comunidades pobres, seja urbanas seja rurais. E, como se pode ler nos artigos apresentados na rubrica “os meus blogues”, o conteúdo de reflexão deste grupo é referente a aspectos que raramente são notícias para os grandes *Médias*.

Em 2014, tempo antes das eleições gerais de 15 de Outubro, o grupo integra uma nova plataforma de vigilância social que se denominou *txeka*, segundo ilustra a figura:

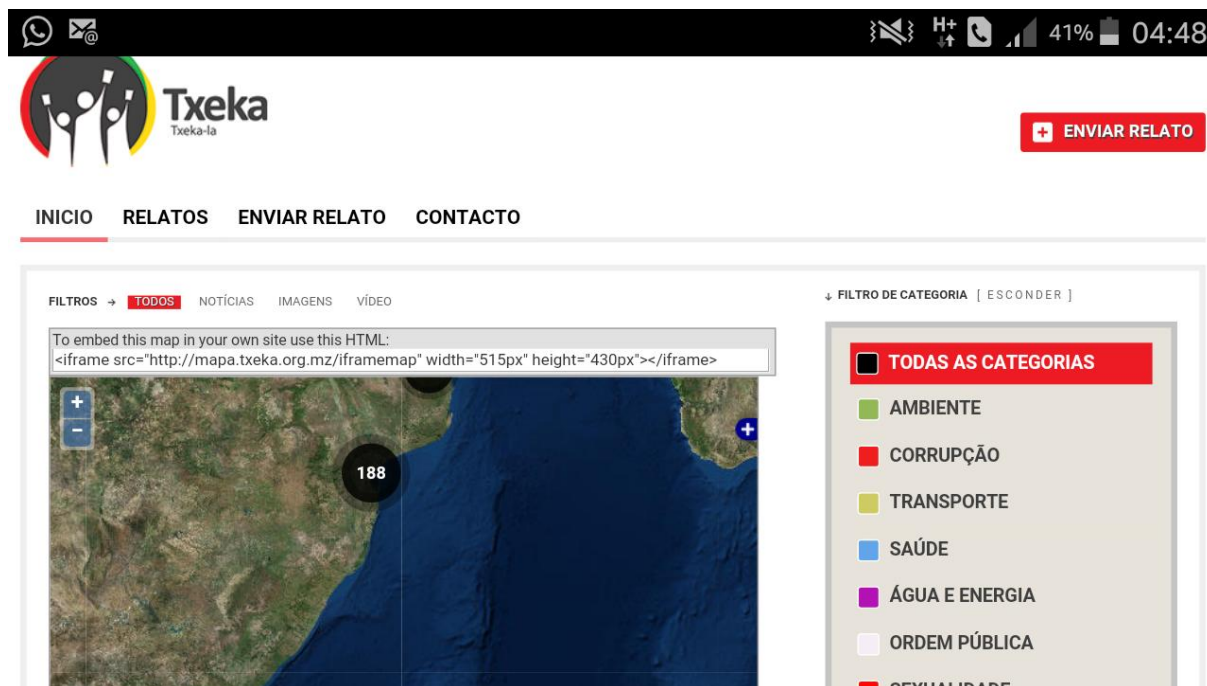


Figure 9 - a plataforma txeka; fonte: o pesquisador

O objectivo da criação desta plataforma era de incitar e permitir que os cidadãos enviassem relatos de quaisquer ocorrências vistas como anómalas, decorrente do processo eleitoral. Uma forma de instigar a cidadania por meio de acções democráticas.

Conte tudo o que está a acontecer no teu bairro e comunidade, sobre as eleições. Sempre que partilhares informações com o txeka, não esqueça de mencionar a localização. Todas as informações serão tratadas de forma anónima.

Com esta plataforma e a participação activa dos cidadãos, pretendia-se garantir a



Figure 10 - espaço de relato no txeka; fonte: o pesquisador

transparência nas eleições. E, em relação à plataforma, importa referirmos que apresenta espaços abertos para o carregamento, *titrage* e descrição de ocorrências. Esta descrição

corresponde aos relatos ali exigidos. São relatos acompanhados de escolha de categorias apresentadas pelos conceptores. A indicação dos conteúdos é uma estratégia adoptada para

facilitar a escolha de conteúdos que interessem para as suas reportagens. A seleção da cidade, das horas garante a verificação, embora esta dependa, grosso modo, do número de relatos coincidentes enviados pelos usuários. À plataforma, associa-se uma carta geográfica, mobilizada automaticamente logo após a selecção de categorias de localização pelo usuário.

A plataforma apresenta um espaço de envio de relatórios, denominado “campo de descrição”. O usuário irá ou deverá apresentar de forma detalhada o evento decorrente e que ache digno de partilha com os restantes internautas, como se constata acima.

Fora das categorias indicadas, são exigidas informações opcionais. Tais informações são referentes ao nome, sobrenome e e-mail. Informação que garantiria a identificação do usuário se lhe fosse obrigado a apresentá-los. Mas porque no seu editorial afirmaram a não revelação da identidade dos usuários, então este espaço é opcional. Sendo o envio dos relatos não depende destas informações.

Contudo, para garantir a credibilidade dos seus relatos, aos usuários, pede-se o envio de informações adicionais – detalhes. Pode-se ver no canto inferior, direito. Os usuários além de detalhes informacionais, maior descrição nos seus relatos, eles devem enviar também, fotos, imagens e *links* de todas as informações externas. Isto significa que fora da proposição e objectivos apresentados pela associação “vigiar” as atitudes eleitorais e garantir a transparência, esta plataforma propõe-se a funcionar como repositório de informações de todo o tipo. E, o que se exige aos usuários é a indicação das fontes das informações por partilhar, conforme a ilustração aqui feita:

DATA & HORA: HOJE ÀS 12:23 PM (AFRICA/MAPUTO) [DATA DA ALTERAÇÃO](#)

CATEGORIAS *

<input type="checkbox"/> Ambiente	<input type="checkbox"/> Sexualidade
<input type="checkbox"/> Corrupção	<input type="checkbox"/> Desporto
<input type="checkbox"/> Transporte	<input type="checkbox"/> Eleições 2014
<input type="checkbox"/> Saúde	<input type="checkbox"/> Outras
<input type="checkbox"/> Água e Energia	<input type="checkbox"/> Conflito
<input type="checkbox"/> Ordem Pública	

Informação Opcional

PRIMEIRO NOME

SOBRENOME

EMAIL

APAGAR ÚLTIMO APAGAR SELECIONADO LIMPAR MAPA

Procurar Lugar

* pesquise pela sua localização, ou coloque o símbolo (apontador) na localização correcta.

MAIS DETALHES SOBRE A LOCALIZAÇÃO *

EXEMPLO: ESQUINA DO SHOPING, RUA DAS ANFAS, PORTO

LINK PARA A FONTE DE INFORMAÇÃO

LINK PARA VÍDEO EXTERNO

ENVIAR FOTOS

Tamanho máximo de ficheiro: 10Mb

Procurar...

Enviar

Esta agregação de informações, a indicação de fontes e o carregamento multimédia são o garante da fiabilidade do Website e das informações ali publicadas

Figure 11 - elementos de fiabilidade de informações; fonte: o pesquisador

pelos usuários visto que não existe a figura de *gatekeeper* nem de editor ou chefe de redação,

como fizemos menção no @Verdade. As informações/relatos são enviadas directamente às suas páginas.

Refiramos que os indivíduos que não dispõem de um celular capaz de descarregar o aplicativo da plataforma txeka, podem-no fazer usando e-mails, sms e o tweeter. As mensagens são enviadas para vários contactos telefónicos criados para o efeito.

3.2.3.1.O txeka: uma plataforma de denúncia no Olho do Cidadão

Fora dos artigos publicados na plataforma Olho do Cidadão, pelos bloguistas, a análise do conteúdo destes *Websites* pode partir das mensagens constantes da plataforma *txeka*. Os relatos apresentados abaixo são exemplos da actividade jornalística nos tempos actuais. Trata-se de uma actividade, envolvendo cidadãos comuns e activistas que se comprometem nas acções de recolha, partilha e disseminação de informações.

Assim, temos quatro sequências discursivas, classificadas em categorias ou tipo de usuário. O que significa que estes relatos foram enviados por indivíduos diferentes, mas que podem ser agrupados em categorias similares, como fazemos a seguir:

SD1txeka – Eleitores que se encontram na Escola primária Polana Caniço afirmam que nos cadernos não constam todos os nomes e poucos têm as informações do que está realmente a acontecer.

SD2txeka – Falando em Conferência de Imprensa, realizada em Maputo, hoje na cidade de Maputo, o candidato às presidenciais da Renamo, Afonso Dlakama disse que houve desorganização no processo eleitoral (...) e questionado pela equipa do txeka...

Olhando a sequência discursiva **SD1txeka** constatamos que se trata de um relatório enviado à plataforma *txeka* por um cidadão comum. Ora, este cidadão não é alguém que se encontra ao acaso no local e, vendo esta situação de ausência de nomes de eleitores nos cadernos, põe-se a relatar. A narração feita distancia-o do envolvimento no evento. Ele relata na 3ª pessoa as ocorrências. É um cidadão observador, colaborador do *txeka*. Um indivíduo que se compromete a acompanhar todo o acto eleitoral.

E, segunda informou Queface, dirigente do projecto, somente é possível obter informações para alimentar esta plataforma se tiver grupos de colaboradores distribuídos por todo o canto onde decorram as eleições. Isto evita que haja dias em que as informações não cheguem, *i.e.*, a plataforma fique sem notícias. Este cidadão repórter, não assalariados nem filiados a empresas mediáticas, goza de algumas capacitações sobre os princípios básicos de relato.

Verifica-se, portanto, a mesma situação na segunda sequência discursiva **SD2txeka**. Um grupo de bloguistas, também com o mínimo de conhecimento sobre o acto de reportar ou

informar. Eles que, tendo partido à cobertura da conferência de imprensa dada pelo presidente da Renamo, apresentam as suas informações, usando uma estrutura jornalística clássica. Facto que comprova ainda mais que não se trata de cidadãos comuns, andando aí pelo caminho e sem intenções de recolher e informar aos outros, o façam. É um grupo engajado com esta atividade e, as informações são relatadas com um nível de objectividade aceitável. São feitas citações, indicação de fontes de informações. Uma atitude contrária do relato a baixo indicado:

SD3txeka – Txeka-lá agradecer pela iniciativa. Uma coisa que nunca gostei neste país é o facto de se obrigar ao cidadão a afilhar-se a um partido X ou Y. A minha preocupação é a despartidarização do Aparelho do Estado porque até hoje há reuniões obrigatórias nas Instituições Públicas a favor do Partido X.

SD4txeka – Boa tarde

No Município de Pemba a corrupção é gritante. Não tem havido concursos públicos para obras, aquisição de bens, etc, etc.-O senhor Minoz Hassan acumula funções de vereador de Finanças, Infraestruturas, Actividades Económicas, para além de ser empresário, notando-se conflitos de interesses na contratação e aquisição de bens e serviços. Foi adquirida uma viatura (Toyota Prado) para o Presidente do Município de Pemba, viatura essa outrora pertencente ao Vereador Minoz Hassan...esse vereador usa informação privilegiada do Município para que as suas empresas participem nas oportunidades existentes.

A **SD3txeka** corresponde a um relato enviado à plataforma, na categoria sociedade. No seu discurso são observáveis construções que denotam a subjectividade do relator, com recurso à 1ª pessoa gramatical, como demonstramos nos sublinhados. O cidadão reporta uma situação por si vivida, entre os membros com os quais desenvolve as suas actividades numa instituição estatal. Um acto constrangedor e que ele julga digno de partilha com os membros inscritos na plataforma *txeka*.

Tal situação repete-se na **SD4txeka**, onde um cidadão comum, não activista, mas trabalhador e funcionário do estado denuncia um acto de corrupção na Instituição do Estado. O cidadão experiencia uma situação de falta de transparência, o que chama de *corrupção gritante*.

O facto deve-se a vários factores segundo o que ele coloca como argumentos. Fala de um trabalhador que *acumula funções/cargos, adoptando políticas de influência para favorecer a determinados grupos na aquisição de bens e serviços*.

Mas, se o nosso objectivo é de provar que se trata de um cidadão comum, podemos ver a fórmula inicial por si usada “boa tarde”. É típica de quem não tem noção da actividade e prática jornalística e que somente lhe interessa denunciar este acto de corrupção, neste espaço

público. O recurso a expressões “viatura essa e esse vereador” denotam uma relação de proximidade entre o denunciante e o implicado, o que significa expressão subjectiva e emocional d sua indignação e a transposição da fala para a escrita.

Pelo que, relacionando estas quatro sequências discursivas entendemos haver a participação, no acto de recolha e disseminação de informações, de cidadãos comuns (activistas e não activistas). Os cidadãos comuns não activistas estão mais inclinados a actos de denúncias de irregularidades e procuram expressar os seus sentimentos, particularizados enquanto os cidadãos comuns activistas transmitem e retransmitem informações decorrentes do dia-a-dia e que as julgam importantes para o conhecimento dos cidadãos. Falamos de reflexões escritas em textos complexos e bem estruturados.

Ora, em comum temos os comentários feitos sobre as suas publicações. Tais comentários traduzem-se em debates para a criação da opinião pública. Neste local não há reedição nem censura. As pessoas usam as palavras que lhes convierem. E, na prossecução das nossas análises, consideremos a figura 11:



Figure 12 – relação de relatos de cidadãos comuns e activistas colaboradores; fonte: o pesquisador

Nesta figura estão perfilados os relatórios enviados por cidadãos comuns (activistas ou não). E, observando o seu teor, em função das descrições acima feitas sobre o seu conteúdo, podemos realçar que os dois primeiros relatos, enviados por cidadãos comuns não activistas são dados por não verificados e sinalizados pela cor vermelha e os outros não.

Este acto de verificação ou não tem que ver com a busca de credibilidade das informações, *i.e.*, para que o *Website* seja fonte digna de confiança há necessidade de os seus gestores fazerem a verificação das informações ali enviadas. E, para a plataforma *txeka*, segundo relatou Queface em entrevistas, existem várias estratégias de verificação dos relatos enviados directamente à plataforma. Algumas das estratégias dependem da semelhança das informações enviadas, *i.e.*, caso haja coincidência de reenvios e se tais factos forem abordados pelos *Médias* tradicionais. Eles trabalham em constante interação com estes *Médias*.

Seja por isso que as informações enviadas por bloguistas membros e colaboradores, como se ilustra na figura em análise, são dadas por verificadas e levam a cor verde. Os bloguistas, nas suas redações, além das imagens que melhor ilustram e comprovam, efectuam citações de Instituições especializadas ou envolvidas em tais actividades, como é o caso da CNE.

Por fim, analisemos o conteúdo constante da figura a seguir:

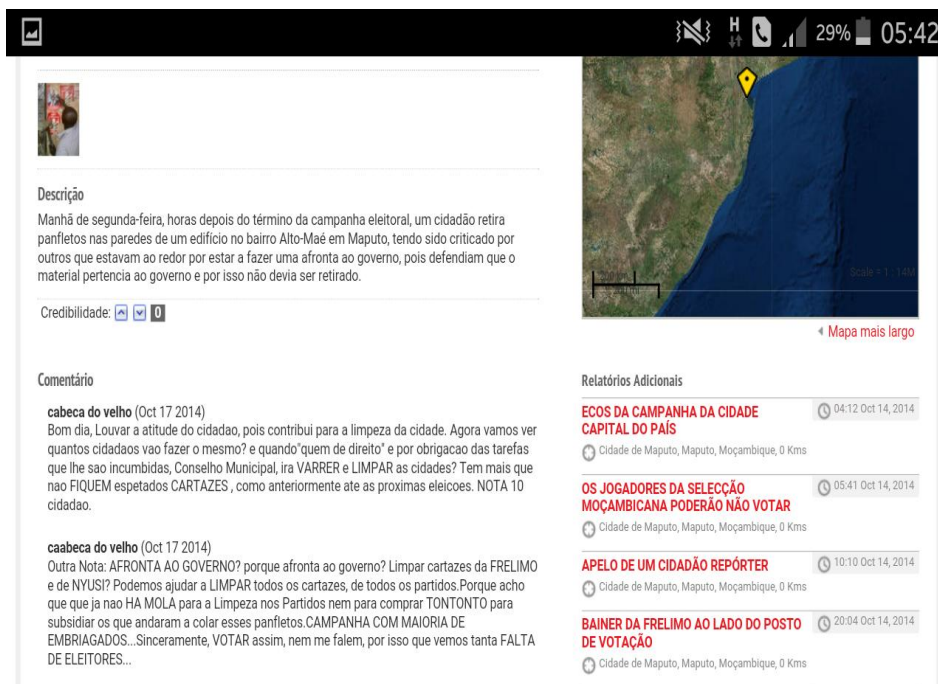


Figure 13 - incitação de debates por meio de comentários; fonte: o pesquisador

Na indicação da estrutura das ferramentas de interação e descrição da forma feita acima, falou-se da existência de espaços para comentários.

Assim, a figura e o conteúdo aqui apresentados são exemplos de tal

prática. O cidadão repórter narra a estória de um cidadão que na inocência remove panfletos eleitorais após longos após o pleito. Por conta disso, ele é criticado por se pensar que, se tal pertenceu ao governo, devia permanecer naquele local.

Mas o que pretendemos sublinhar é o debate iniciado na internet, por meio de comentários. Os cidadãos são chamados a tomar posição em função da informação postada. Este espaço

funciona como um espaço público onde as pessoas podem postar as suas informações e pontos de vista, levando a debates para gerar a opinião pública. Neste espaço, cidadãos de diversas filiações partidárias encontram-se e discutem o ético, efectuam as suas críticas e propõem soluções de determinados problemas.

Assim, estamos seguros de que este tipo de jornalismo constitui uma prática que vem romper os paradigmas editoriais clássicos e, os *Médias* incitam tais conversas entre os usuários, informando-os. A colocação dos problemas, a exigência do cumprimento de suas tarefas por parte do governo são actos de cidadania, promovidos pelo jornalismo cidadão. Saliente-se que tais temas, como o caso de actos de cidadanias “remover panfletos para manter a cidade limpa e livre de sujidade” estão intimamente ligados às comunidades e que não teriam espaço nas pautas dos grande e Médias tradicionais.

Com isto, comprova-se, novamente a hipótese segundo a qual, uma das estratégias da prática do Jornalismo Cidadão tem que ver com a disponibilização de espaços de interação entre os usuários, produção e envio de estórias, abordando assuntos ligados às populações, quebrando as grandes rubricas mediáticas e desenvolvendo actos de cidadania.

3.2.3.2.O txeka: incitação à criação da opinião pública

Agora prestemos atenção aos agregadores de informações e difusores de excertos de artigos



Figure 14 - as redes sociais como um espaço público; fonte: o pesquisador

para incentivar debates, discussões e a criação da opinião pública, nas plataformas, relacionando-as às redes sociais:

De acordo com o fundador da plataforma Olho do cidadão, “as apostas actuais têm que ver com o desejo de continuar a envolver

os jovens na causa da nação. Pô-los a discutir os problemas de Moçambique, criando uma

opinião pública capaz de forçar o governo a repensar nas suas decisões”, (Queface, cp., 2016). (cf. A entrevista em anexo).

Com recurso à plataforma *txeka*, actualmente adaptada à plataforma de cidadania, eles fazem a recolha de informações veiculadas pelos grandes *Médias* e publicam-nas na sua página Facebook. Consciente de que maior parte dos jovens se encontra conectada nesta rede social devido aos elementos mencionados no capítulo acima, ligados às facilidades de conexão oferecidas pela mcel e outras empresas de telefonias móveis, presentes no país. Explicitamente, o *txeka* termina a sua publicação com um apelo aos internautas/usuários dizendo: “Caro cidadão, como analisa a actual decisão do banco Mundial e que cenários se esperam da nossa economia?”

Um apelo ao debate neste espaço público sobre um conteúdo ligado à conjuntura mundial e ao facto de tanto os credores quanto os doadores terem anunciado o retrocedimento de seus apoios a Moçambique. A incitação é acolhida por estes e um debate popular é aberto. Uma discussão feita com recurso a comentários e a partir do conhecimento que cada um tem sobre o assunto. Este debate, não simultâneo é feito com qualquer um que tenha feito um gosto/like/ai me à página do *txeka*. A informação é disponibilizada e cada um comenta à sua hora ou momento em que se conecta, como se pode ler no extrato abaixo:



Figure 15 - os comentários e a criação da opinião pública; fonte: o pesquisador

Os internautas (cidadãos) apresentam, cada um, o seu parecer e lamentações sobre a situação actual de Moçambique e o futuro que se vislumbra, fruto do direito à informação, liberdade de expressão e de imprensa, alastrando-se às redes sociais, salvaguardando-se alguns princípios éticos de respeito mútuo.

Moçambique não censura a comunicação por redes sociais. Assim, confirmamos a hipótese segundo a qual estes *Websites* e plataformas, ligados às redes sociais, recolhem e agregam informações vindas dos grandes *Médias* com vista a criação da opinião pública, por meio de debates e comentários.

Assim, efectuando uma retrospectiva sobre as estratégias mediáticas usadas em Moçambique para potenciar o jornalismo, resumir-se-ia no seguinte:

- (i) Os *Médias* incentivam acções activas aos usuários, para enviarem relatos bastante detalhados como informações suplementares para o conhecimento da população;
- (ii) Os *Websites* analisados agregadores informações de outros *Médias*, incitando debates públicos, *Online*, com vista a criar a opinião pública;
- (iii) As interações por meio de comentários tornam-se num acto de Jornalismo Cidadão quando os internautas publicam nestes espaços novas informações, conducentes a debates e clarificação de situações decorrentes do dia-a-dia;
- (iv) Os *Websites* clamam pela participação em massa dos usuários, denunciando irregularidades decorrentes de situações menos claras, nas suas comunidades, zonas, distritos, bairros, etc.

3.2.4. Estudo de audiência dos *Websites* @Verdade e Olho do Cidadão

Por meio de um inquérito feito a 100 moçambicanos de todas as idades, classes sociais, ambos sexos, escolarizados ou não, citadinos e residentes do campo rural, pretendia-se conhecer o índice de consumo de informações digitais e a acessibilidade de tais *Websites*. Pelo que, os resultados obtidos resumem-se no seguinte gráfico:

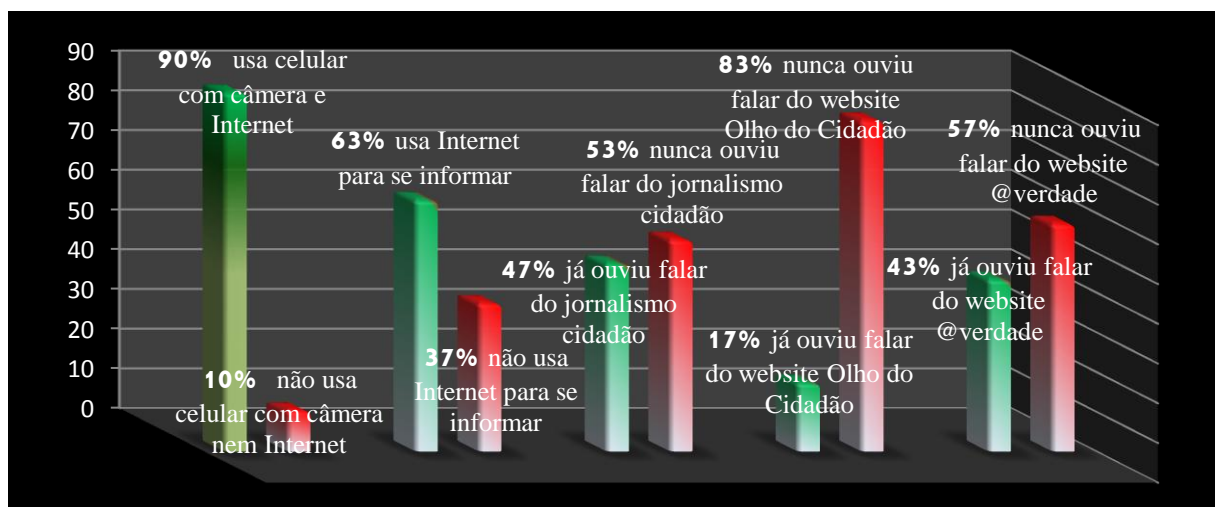


Figure 16 - estudo de audiência (websites moçambicanos); fonte: o pesquisador

Como se pode observar no gráfico, 90% dos entrevistados usam um telefone portátil com câmara e conectados por internet. O que implica a existência de condições básicas de acesso às plataformas de interação e à consequente prática de Jornalismo Cidadão, enviando histórias aos repositórios destes *Médias*. Também permite que haja debates *Online* por meio de comentários e *LiveChts*.

De acordo com estes dados, um número próximo da metade dos entrevistados já ouviu falar do Jornalismo Cidadão, apesar de não saberem o que isso significa, pouco menos como isso se processa. Nisto, temos também perto de 80% de indivíduos entrevistados que nunca ouviram falar do *Website* Olho do cidadão. Sendo que a isto se liga também a sua impopularidade devido ao facto de se sedarem nas zonas urbanas enquanto maior parte dos moçambicanos habita ou na periferia das cidades ou nas zonas rurais. É este o carácter elitista que caracteriza os *Médias* moçambicanos, como fizemos menção nas abordagens acima feitas. Esta situação constitui uma forte motivação para nós pois o trabalho servirá de base para o esclarecimento desta prática no contexto geral e no contexto africano.

Portanto, olhando para o objectivo da apresentação deste gráfico e da aplicação deste inquérito, podemos concluir que o *Website @verdade* é mais popular, *i.e.*, tem maior audiência que o Olho do cidadão, implicando que as suas ações e propósitos não abrangem os moçambicanos no seu todo.

Esta realidade deve-se a várias razões. O *@verdade* é bastante conhecido pelo facto de trabalhar com um grupo de jornalistas Freelance que se encontram na zona norte do país distribuindo o jornal impresso, com o mesmo nome. Trata-se do mesmo jornal electrónico, mas que por se considerar as especificidades da população, as mesmas informações são impressas em quatro páginas. Este grupo de jornalistas incentiva a partilha/share/partage das informações, lendo e passando o jornal de mão em mão.

Pelo contrário, o Olho do cidadão não goza desse privilégio. E, segundo relatos de Queface, os seus membros não conseguem levar a imagem do *Website* para as comunidades devido ao seu carácter citadino e à constante desagregação e desintegração dos seus membros. Isto deve-se à falta de condições financeiras de remuneração, embora de vez em quando passem ou publicitem as suas acções na SOICO TV (STV), no programa Manhãs Alegres, seus parceiros.

Bibliografia

Adewale Akintayo OLugbenga « Citizen Journalism in Slovakia ». IN: Maurice Ali. The status of citizen journalist around the world. 2012. International Association of Independent journalists INC, December, 2012. [Em linha] http://iaij.org/The_Status_Of_Citizen_Journalists_Around_The_World_2012.pdf. Consultado em Maio de 2016.

AfriMap e Open Society Initiative for Southern Africa, « relatório sobre a Democracia e Participação Política em Moçambique », Open Society Institute Network, Cambridge, 2009.

Aghaci Sereh, Bakhsh Mohammad Ali Nemark and Farsani Hadi Khosnavi, « Evolution of the World Wide Web: From Web 1.0 to Web 4.0 », International Journal of Web technology (IJWT). Vol. 3, N° I, January, 2012. [Em linha] <http://airccse.org/journal/ijwest/papers/3112ijwest01.pdf>. Consultado em Julho de 2016.

Balle Francis, *Médias et Sociétés*, L'extenso éditions, Paris, 16ed, 2013.

Banda Fackson, « Citizen Journalism & Democracy in Africa: An Exploratory Study », Open Society Foundation for South Africa, South Africa, 2010. [Em linha] <http://africmil.org/wp-content/uploads/2014/08/Citizen-Journalism-and-Democracy-in-Africa.pdf>. Consultado em Julho de 2016.

Berry Michel e Deshayes Christophe, *Les vrais révolutionnaires du numérique*, Autrement, Paris, 2010.

Bonabeau Eric e Theraulaz Guy, *Intelligence Collective*, Hermes, Paris, 1994, p.18.

Bougnoux Daniel, *et al.*, *Des Intellectuels Jugent les Médias Tome 1*, Editions Mordicus, Paris, 2010.

Carnet Isabelle, *Bien rédiger pour le web : stratégie de contenu pour améliorer son référencement naturel*, Eyrolles, Paris, 2ed, 2011.

Castells Manuel, *Communication et pouvoir*, EMSH, Paris, 2013.

Charron Jean, « Les mutations paradigmatiques du journalisme » Notes pour une communication au Celsa, Paris, le 12 Juin, 2007. Consultado em Julho de 2016.

Charron Jean e Bonville Jean de « Le paradigme journalistique : Usage et utilité du concept ». HAL – Archives – Ouvertes, Novembre, 2003. Consultado em Julho de 2016.

Charon Jean-Marie, « Les Médias à l'ère numérique », Les cahiers du Journalisme N°22/23 – Automne, 2011. Arquivo [Em linha]

http://www.cahiersdujournalisme.net/cdj/pdf/22_23/01_charon.pdf. Consultado em Julho de 2016.

Chichava Sérgio e Pohlmann Jonas, « Uma breve análise da imprensa moçambicana », In: Luis de Brito et alii desafios para Moçambique, 2010, IESE publication, Maputo, 2010. [Em linha] <http://iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2010/IESE-des2010-ImpMoc.pdf> Events» In: E. Thorsen & S. Allan (Eds.), Citizen Journalism: Global Perspectives, Volume 2. (pp.81-95). New York: Peter, (2014).

Crystal David, *Language and the Internet*, Cambridge University Press, Cambridge, 200.

Dare Sunday, « The Rise of citizen journalism in Nigeria – A case Study of Sahara Reporters ». Reuters Institute for the study of journalism, Thomson Foundation, University of Oxford, 2010/2011. Capturado em Julho de 2016.

Esquemazi Jean-Pierre, *L'écriture de l'actualité: Pour une sociologie du discours médiatique*, Presses Universitaires de Grenobles, Paris, 2ed, 2013.

Fadili Hamou, « Web 2.0 et web 3.0 popularisation de la création et de la promotion culturelle et scientifique: cas des Wikis opportunité pour Tamazight », FMSH, Maison de sciences de l'Homme, CNAM, Conservatoire des Artes et Métiers, Paris, France. Consultado em Julho de 2016.

Foschini Ana Carmen e Taddei Roberto Romano, « jornalismo cidadão – você faz a notícia », Coleção conquiste a rede, Agosto, 2006. [Em linha] <http://livros01.livrosgratis.com.br/ea000098.pdf>. Consultado em Julho de 2016.

Goldstein Joshua e Rotich Juliana, « Internet and democracy case Study Series: Digitally Network Tecnology in Kenya's 2007 – 2008, post election crisis », berkman reaseach Publication n° 2008-09. Berkman. The Berkman center for internet and Society at Havard University, September, 2008.

Hagel III John e Armstrong Arthur G., *Bénéfices sur le Net*, Éditions d'Organisation, Paris, 1999.

Joyce Mary, « The citizen journalism Website 'OhMy News' and the 2002 South Korean Presidential Election », Berkman center Reseach Publication N°2007-15, Internet and Democracy Case Study Series, December, 2007. Consultado em Julho de 2016.

Juanals Brigitte, e Max Noyer Jean, *Technologies de l'information et intelligences collectives*, Lavoisier, Paris, 2010.

Jurrat Nadine, « citizen journalism and the internet », mapping digital media, references series, nº4, open society media program, 2011. Consultado em Março de 2016.

Lejeune Yannick, *Les nouveaux temps réels*, FYP Éditions, Paris, 2012.

Joanguete Celestino, « Política pública moçambicana sobre a inclusão Digital », Universidade do Minho, Braga, Novembro, 2011.

León Ramírez e Arcila José Bernardo Paña, « La web 3.0 como herramienta de Apoyo para la Educación a Distancia ». Yasunari del Etic@net. Publicación en Linea, Granada (España). Ano IX Nº10, Junio, 2011. Consultado em Julho de 2016.

Marques Cheila Sofia Tomás, « O cidadão jornalista: Realidade ou Ficção? », www.bocc.ubi.pt, 2008. [Em linha] <http://www.bocc.ubi.pt/pag/marques-cheila-cidadao-jornalista-realidade-ou-ficcao.pdf>. Consultado em Julho de 2016.

Mbeke Peter Oriare, Ugangu Wilson e Okello-Orlate Rosemary « The Media we want: the Kenya Media Vulnerabilities Study », Friedrich Ebert Stiftung, Nairobi November, 2010.

Mercier Arnaud e Cheynel Nathalie. « Mutations du journalisme ». Revue Française de sciences de l'information et de la communication. July, 2014. [Em linha] <https://rfsic.revues.org/1097?lang=en>. Consultado em Julho de 2016.

Mohan Krishna, « Citizen journalism in India », IN: Maurice Ali. The status of citizen journalist around the world, 2012. International Association of Independent journalists INC, December, 2012. [Em linha] http://iaij.org/The_Status_Of_Citizen_Journalists_Around_The_World_2012.pdf. Consultado em Julho de 2016.

Morelli Pierre, « Blogs et Médias, quels rapports aujourd'hui: essai de typologie », HAL – Archives – Ouvertes, february, 2009.

Murunga Godwin R., « Spontaneous or Premeditated? Post Election Violence in Kenya », Nordiska Afrikainstitutet, UPP SALA, 2011.

Nkot Fabien e Moumouni Charles « De la Tentation Positiviste au Déterminisme Constructiviste de la Pratique Journalistique : Les Faits Sont ils Sacrés ? » Les Cahiers du Journalisme Nº13, Printemps, 2004. Consultado em Julho de 2016.

Ogenga Fredrick, « Political economy of the Kenyan media - towards a culture of active citizen journalism », Global Media Journal African Edition, 2010 Vol 4 (2). [Em linha]

http://www.global.asc.upenn.edu/fileLibrary/PDFs/Carnegie_Ogenga.pdf. Consultado em Julho de 2016.

Omadie Carol. « Mobile Revolution in Kenya », IN: Maurice Ali. The Status of Citizen Journalist Around the world. 2012. International Association of Independent journalists INC, December, 2012. [Em linha] http://iaij.org/The_Status_Of_Citizen_Journalists_Around_The_World_2012.pdf. Consultado em Julho de 2016.

Pélissier Maud e Cumbe César, « Le journalisme citoyen au Mozambique : nature, légitimité et enjeux sociétaux », IN :Tourya Guaaybess et Nicolas Pélissier, « Communication, Technologie et Développement, N°2, novembre, 2015.

Pélissier Nicolas, e Chaudy Serge, « le journalisme citoyen et participative sur internet: un populisme dans l'air du temps » Quaderni, octobre, 2009. disponível em linha e capturado em Novembro de 2015.

Poulet Bernard, *La fin des journaux et l'avenir de l'information*, Editions Gallimard, Paris, 2011.

Rajiv e Manohar Lal. « Web 3.0 in Education and Reseach ». BIJIT – BVICAM's International Journal of information Technology, New Delhi, BIJIT – 2011; July – December, 2011, Vol. 3 N°2. [Em linha] <http://bvicam.ac.in/bijit/downloads/pdf/issue6/02.pdf>. Consultado em Julho de 2016.

Rebillard Frank, « création, contribution, recommandation : Les strates du journalisme participatif », les cahiers du journalisme, n°22/23, 2011.

Ribeiro Fátima, e Sopa António, *140 Anos de Imprensa em Moçambique : Estudos e relatos*, Edições Afrontamento, Porto, 1996.

Schmitt Valdenise, Leonardo Gomes de Oliveira e Francisco Antonio Pereira Fialho, «Jornalismo 2.0: a cultura da colaboração no Jornalismo », Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação | E-compós, Brasília, v.11, n.3, Set./Dez. 2008. [Em linha] <http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/305/309>. Consultado em Maio de 2016.

Stiftung Friedrich-Ebert, « Barómetro Africano da Media: Moçambique 2014 », Windhoek, 2014.

Rieffel Rémy, *Sociologie des Médias*, Paris, Eclipses, 4ed, 2015.

Venesse Marc « L'écriture journalistique: Journée d'étude de L'Ifres, Atelier: Savoir lire, savoir écrire », janvier, 2012. Consultado em Julho de 2016.

Wolton Dominique, *Informer n'est pas communiquer*, CNRS Éditions, Paris, 2009.

- **Documentos Legislativos**

African Woman and Child Service. « Media Coverage of the Kenya 2007 Election Violence in Kenya. The sender Mainstreaming Perspective: A Study of Media Monitoring », January, 2009.

Laws governing Media Praticce in Kenya: A Journalist's Handbook, 2014. AMWIK, 2013, Ford Foundation.

National Council for law reporting. www.kenyalaw.org, 2011 (2010).

The constitution of republic of Kenya, 1963 (as Amended to 2008).